

O Recurso Interpessoal Modalidade em Laudo Judicial Grafotécnico/Documentoscópico

The Interpersonal Resource Modality in Graphotechnical/Documentocopic Judicial Report

Ana Paula Santos de Souza ¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Ana Lúcia Tinoco Cabral ²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar os usos da Modalidade em laudo judicial grafotécnico/documentoscópico. Para tanto, utilizaram-se dois laudos judiciais grafotécnico/documentoscópico, os quais foram encontrados na internet e foram selecionados conforme as identificações dos usos de termos que indicam Modalidade. Para subsidiar a análise, foi utilizado como aporte teórico a Gramática Sistemico-Funcional (GSF), desenvolvida pelo linguista Mikael Halliday, voltando-se ao recurso interpessoal Modalidade. Halliday e Matthiessen (2014), bem como as atualizações apresentadas por Fuzer e Cabral (2014), foram os referenciais basilares da pesquisa. A Modalidade é um dos recursos presentes na metafunção interpessoal e expressa o julgamento do sujeito falante/escritor. Diante das análises realizadas, percebe-se que a Modalidade é um recurso frutífero para o processo interativo, tendo relevância para a construção do laudo judicial grafotécnico/documentoscópico, uma prova pericial, consequentemente, um gênero que tem o intuito de fornecer elementos determinantes em uma decisão judicial, logo, é um texto que traz posicionamentos e comprometimento.

Palavras-Chave: Gramática Sistemico-Funcional; Modalidade; Laudo Judicial Grafotécnico/Documentoscópico

Abstract: This article aims to analyze the uses of Modality in handwriting/documentary forensic reports. To this end, two handwriting/documentary forensic reports were used, which were found on the internet and selected based on the identification of terms indicating Modality. The analysis is supported by Systemic-Functional Grammar (SFG), developed by the linguist Michael Halliday, focusing on the interpersonal resource of Modality. Halliday and Matthiessen (2014), as well as the updates presented by Fuzer and Cabral (2014), provided the core theoretical framework for this research. Modality is one of the resources present in the interpersonal metafunction and expresses the judgment of the speaker/writer. Based on the analyses conducted, it is clear that Modality is a fruitful resource for the interactive process, being relevant to the construction of the handwriting/documentary forensic report—an expert evidence and, consequently, a genre intended to provide decisive elements for a judicial decision; therefore, it is a text that carries positioning and commitment.

Keywords: Systemic-Functional Grammar. Modality. Graphotechnical/Documentoscopic Judicial Report

¹ Doutora em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN). Bolsista Pesquisadora da Fundação de Amparo e Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação do RN (FAPERN), no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL/UERN). Email: anapaulassletras@gmail.com

² Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e docente na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Email: altinococabral@gmail.com

Submetido em 19/03/2025

Aprovado em 18/12/2025

Introdução

Fazemos uso da linguagem para expressar intenções e entender o mundo ao nosso redor. Assim, produzimos, bem como ouvimos/lemos distintos textos, nos quais há a materialização da linguagem, um instrumento social essencial na interação humana. Sob esse olhar, a Gramática Sistêmico-Funcional, norteadora deste trabalho, se concentra na relação entre a estrutura da língua e o seu uso para cumprir diferentes funções comunicativas.

A escolha do material analisado, tanto o gênero quanto a quantidade de textos, se deu, principalmente, pela exequibilidade da pesquisa, tendo em vista se tratar de um artigo, gênero científico de breve extensão, se comparado a outros gêneros acadêmicos, como monografia e dissertação, por exemplo. Assim, optamos por escolher apenas dois laudos judiciais grafotécnico/documentoscópico, sendo a quantidade suficiente, a nossa ver, para a realização de uma análise que possa ser comportada em um artigo.

Já em relação a escolha do gênero, sua função foi a característica mais saliente, pois é um texto que precisa ser construído trazendo uma visão que parte da concretude de provas e que visem deixar claro isso, logo o discurso construído visa a reforçar essa certeza nos resultados, ou seja, inferimos que o gênero tem a Modalidade como recurso básico, afinal uma concretude de provas é algo que pode ser relativizado, cabendo ao perito ser contundente naquilo que afirma.

Para a realização das análises das escolhas linguísticas que indicam Modalidade, nos respaldamos na Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), que compreende a linguagem como um sistema funcional para atender às necessidades comunicativas dos falantes, assim, entende que a linguagem é usada em contextos sociais. Entende, portanto, a língua para além do dito, considerando o contexto, as pretensões comunicativas, os papéis sociais assumidos, a familiaridade com a temática e com o interlocutor, dentre outros fatores.

Como aporte teórico, tomamos Halliday e Matthiessen (2014), que se voltam para a Língua Inglesa, e Fuzer e Cabral (2014), que se voltam, amparadas pelas concepções desses primeiros, para a Língua Portuguesa, como referências substanciais.

Nas próximas seções, discorreremos sobre a algumas concepções da Gramática Sistêmico-Funcional, centrando no recurso interpessoal Modalidade, foco da nossa pesquisa. Na sequência, tratamos, brevemente, da metodologia empreendida na pesquisa. Depois, realizamos a análise dos dados, na qual selecionamos e interpretamos as escolhas das realizações modalizadoras e moduladoras identificadas no texto. Por fim, concluímos o texto com reflexões acerca do uso da Modalidade e de como esse recurso é fecundo e indispensável no processo de significar.

1. A Gramática Sistêmico- Funcional: algumas concepções

O Funcionalismo em Linguística é uma corrente teórica que, conforme Furtado da Cunha (2009, p. 157), “se preocupa em estudar a relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que elas são usadas”. Dessa corrente, várias vertentes vêm trazendo importantes contribuições acerca dos usos da linguagem, conseqüente, a construção dos sentidos. Dentre elas, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), desenvolvida pelo linguista inglês Michael A. K. Halliday.

A LSF é “teoria geral do funcionamento da linguagem humana, concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico” (Gouveia, 2009, p.14). Trata-se de uma teoria de descrição gramatical, que fornece arcabouço teórico-descritivo para a realizações de interpretações sobre o *como* e o *porquê* de a língua apresentar formas variadas. Assim, a teoria fornece “instrumentos de descrição, uma técnica e uma metalinguagem que são úteis para a análise dos textos, pelo que, adicionalmente, pode ser encarada como um modelo de análise textual.” (Gouveia, 2009, p.14)

As autoras Fuzer e Cabral (2014, p. 19) explicam que a LSF é denominada *sistêmica* “porque vê a língua como redes de sistemas linguísticos interligados, dos quais nos servimos para construir significados”. E *funcional* porque explica “as estruturas gramaticais em relação ao significado e às funções que a linguagem desempenha nos textos”.

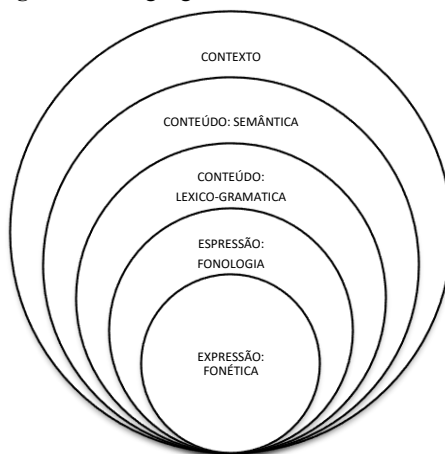
No presente artigo utilizamos a Gramática Sistêmico-Funcional, costumeiramente confundida com a teoria LSF, pois esta é uma teoria de descrição gramatical. Para esclarecer a diferença existente entre tais designações, nos respaldamos no estudioso Vian Jr. (2014, p. 424), que afirma que a Gramática Sistêmico-Funcional diz respeito “aos estudos, análises e descrições relativos ao estrato das formas, isto é, aspectos lexicogramaticais”, já a Linguística Sistêmico-Funcional “se refere aos estudos

relacionados a todos os estratos.” Como realizamos interpretações dos aspectos léxico-gramaticais nos textos, logo, utilizamos a GSF.

A perspectiva sistêmico-funcional nos possibilita interpretar os textos levando em consideração, dentre outros fatores, o contexto, as intenções comunicativas e os papéis sociais dos sujeitos interactantes, o que implica dizer que os sentidos são construídos a partir da forma e o modo como esta é usada.

Halliday e Matthiessen (2014) compreendem que a língua é vista como um sistema semiótico e social, organizado em estratos, que, por sua vez, são interdependentes, como mostra a Figura 1. No uso da linguagem, condicionamos nosso dizer ao contexto, portanto, realizamos escolhas linguísticas consoantes a ele.

Figura 1: A linguagem como sistema de estratos



Fonte: Halliday e Matthiessen (2014, p. 26, adaptado)

Como evidencia a Figura 1, os estratos do conteúdo – da semântica e da léxico-gramática –, e da expressão – da fonologia e da fonética – são condicionados ao contexto, fator essencial no texto e na construção de sentidos.

O texto é o produto da materialização da linguagem. Nele, os significados são construídos dentro de um contexto. Assim, o texto vai além do código, pois sua concretude envolve sujeitos interactantes, cultura, ideologias, papéis sociais, bem como o momento de produção e o momento de uso efetivo do texto.

Conforme Halliday e Matthiessen (2014), o contexto apresenta duas variáveis, denominadas *contexto de cultura* e *contexto de situação*, que funcionam concomitantemente no uso efetivo da linguagem, moldando as escolhas léxico-gramaticais efetuadas pelo sujeito falante/escritor.

Fuzer e Cabral (2014, p. 26) afirmam que o contexto de cultura se refere “ao ambiente sociocultural mais amplo, que inclui ideologias, convenções sociais e

institucionais”. Assim, nessa variável, os significados são construídos externos ao texto, consoante a cultura. Dessa forma, podemos afirmar que um mesmo texto pode ter sentidos distintos conforme seu uso em culturas distintas. Cabe salientar que, além disso, os textos são produzidos com um propósito, logo, cada cultura – instituição, religião, convenção social etc.-, demanda os usos de determinados textos.

Já o contexto de situação “é o ambiente imediato no qual o texto está de fato funcionando.” (Fuzer; Cabral, 2014, p. 27). Nessa variável os significados são construídos quando o texto está sendo utilizado, desse modo, os sentidos estão no interior do texto.

O contexto de situação é constituído pelas variáveis Campo, Relações e Modo. Campo diz respeito à atividade realizada pelos participantes, à natureza social. Relações diz respeito aos participantes, aos papéis assumidos por estes e à interação social. E Modo diz respeito à função exercida pela linguagem, ao veículo usado para materializá-la e às intenções comunicativas dos sujeitos que interagem em dada situação comunicativa.

As variáveis do contexto de situação se relacionam com as três funções ou metafunções da linguagem nomeadas pela LSF de *ideacional*, *interpessoal* e *textual*. De acordo com Fuzer e Cabral (2014), a *metafunção ideacional* se relaciona com a variável Campo, por meio dessa função podemos expressar nossas experiências, físicas ou mentais. A *metafunção interpessoal* se relaciona com a variável Relações, por meio dessa função podemos interagir com o outro. A *metafunção textual* se relaciona com a variável Modo, por meio dessa função organizamos em textos as outras metafunções.

1.1 A Modalidade

Somos seres sociais, precisamos estar em constante interação com o outro para estabelecermos e mantermos o processo interativo. Para tanto, a linguagem é um dos elementos vitais, por meio dela exercemos nossos papéis sociais, exprimimos desejos, pontos de vista, ideologias, crenças. E para a construção desses significados interpessoais, fazemos uso da *metafunção interpessoal*, que apresenta, dentre outros recursos, a Modalidade.

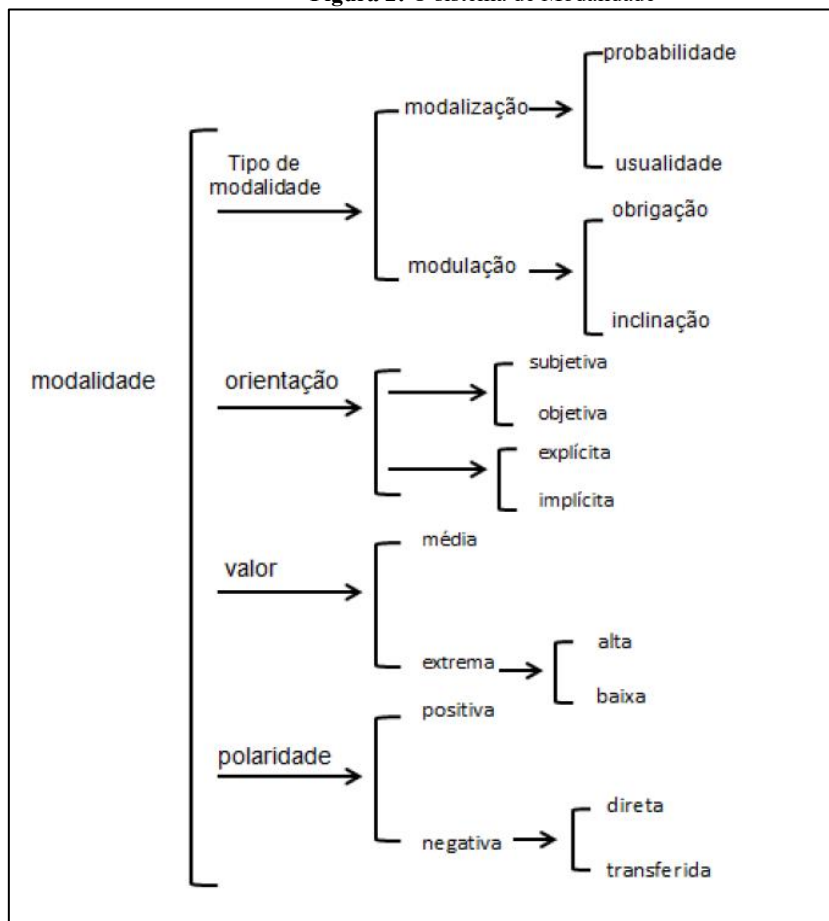
Modalidade, conforme Halliday e Matthiessen (2014), significa provável ou improvável, em proposição, desejável ou indesejável, em proposta. Esse recurso expressa os julgamentos, de forma atenuada ou incisiva, a depender das intenções comunicativas dos sujeitos de dada situação comunicativa.

Na produção de um texto, nenhuma escolha léxico-gramatical é feita por acaso. Cada escolha fornece pistas sobre a identidade (nível de escolaridade, idade, papel social,

crenças) do sujeito falante/escritor, portanto nenhum texto é neutro, pode ter, no máximo, um caráter atenuado as suas opiniões.

Nesse viés, o sistema de Modalidade expressa os julgamentos do falante/escritor, como mostra a Figura 2.

Figura 2: O sistema de Modalidade



Fonte: Elaborado por Bochet (2018, p. 87), com base em Halliday e Matthiessen (2014, p. 150)

Como discorrem Fuzer e Cabral (2014), a Modalidade é constituída pela modalização e a modulação. A modalização ocorre quando há a troca de informações ou conhecimentos, pode ser expressa nos graus de *probabilidade* – certo, provável, possível –, ou *usualidade* – sempre, usualmente, às vezes. As autoras destacam que há diversos recursos léxico-gramaticais que exprimem modalização, como verbos modais (*pode, deve*), adjuntos modais (*possivelmente, talvez, certamente, seguramente, usualmente, frequentemente, sempre normalmente, raramente, ocasionalmente, eventualmente*), grupos adverbiais (*sem dúvida, com certeza, às vezes, com frequência*) e expressões (*é possível, é provável, é certo, é costume*).

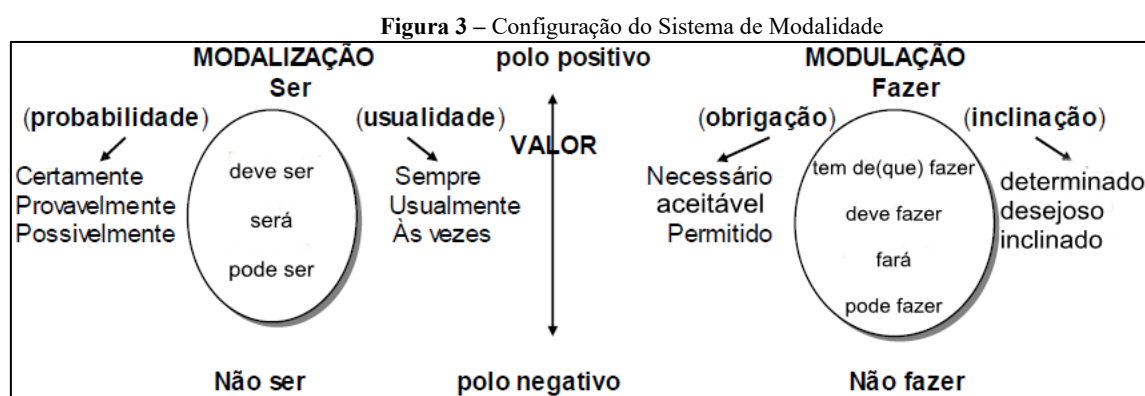
A modulação, conforme as autoras, ocorre em propostas de comando e oferta, nos graus de *obrigação* – permitido, aceitável, necessário, obrigatório – e de *inclinação* –

inclinado, disposto, desejoso, determinado. Diversas realizações léxico-gramaticais podem realizar a modulação, tais como verbos modalizadores (*deve, deveria*), adjuntos modais (*necessariamente, obrigatoriamente, voluntariamente, alegremente*) e expressões (*é necessário, é preciso, é esperado, está inclinado a, está disposto a*).

A *orientação*, consoante Bochetti (2018), amparada pelas considerações Hallidayanas, é a negociação, que ocorre em proposições e em propostas e pode ser objetiva ou subjetiva. A negociação é objetiva quando as realizações léxico-gramaticais apresentam um conteúdo de forma clara e direta; assim, o julgamento do sujeito falante/escritor é implícito. E é subjetiva quando as realizações léxico-gramaticais denotam explicitamente o julgamento dos falantes/escritores.

Como a negociação ocorre em proposições e em propostas, pode ser expressa por verbos modais, adjuntos modais ou outras expressões que indicam, a partir das escolhas léxico-gramaticais feitas pelo sujeito falante/escritor, os graus de posicionamentos assumidos.

Os graus demarcam a imperatividade ou a facultatividade presente nas intenções/demandas do texto, e subsidia na construção da argumentação, recurso bastante presente em textos que exibem julgamentos. A Modalidade indica o grau de imperatividade e facultatividade atribuídos ao conteúdo proposicional, bem como subsidia a construção da argumentação. Os graus são alto, intermediário e baixo, dispostos nos polos positivo e negativo, como evidencia a Figura 3.



Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 116, com base em HALLIDAY, 1994, p. 357).

O grau alto está mais próximo do polo positivo e exprime um julgamento incisivo do sujeito falante/escritor. O grau intermediário está entre os polos positivo e negativo e exprime um julgamento atenuado. E o grau baixo está mais próximo do polo negativo e exprime um julgamento subtendido.

Esses graus relevam o comprometimento do sujeito no texto; assim, fatores como a função textual, o papel social, a intenção comunicativa e as variáveis de contexto corroboram para as escolhas léxico-gramaticais que indicam Modalidade, uma vez que moldamos o nosso dizer ao que é requerido nas situações comunicativas.

2. Metodologia

Os dois textos que compõem o *corpus* do presente artigo foram encontrados na internet, logo, são textos públicos. São dos anos de 2015 e 2020, seguem a estrutura e cumprem a função do gênero Laudo judicial grafotécnico/documentoscópico.

O processo de identificação das realizações léxico-gramaticais que indicam Modalidade foi feito manualmente, já que são textos curtos. Baseamos-nos nas realizações léxico-gramaticais citadas pelas autoras Fuzer e Cabral (2014), todavia, isso não foi um fator limitante, pois as próprias autoras enfatizam que as realizações citadas são exemplares.

Na próxima seção, discutimos acerca dos usos da Modalidade nos Laudos judiciais grafotécnico/documentoscópico, evidenciando como esse recurso denota posicionamentos, opiniões e pontos de vista dos sujeitos nos textos analisados.

3. Análise dos dados

A partir dos Laudos judiciais grafotécnico/documentoscópico interpretamos as escolhas léxico-gramaticais que indicam Modalidade, destacando como esse recurso evidencia os posicionamentos e julgamentos presentes nos textos. Todo texto tem uma função e é utilizado em dada esfera social, assim, os laudos têm o intuito de comprovar a autenticidade ou não de assinaturas; logo, as escolhas linguísticas presente nesse gênero almejam atingir sua função precípua.

Com intuito de estudar o uso da Modalidade nos laudos, selecionamos algumas amostras para realizamos as interpretações, com base nos fundamentos da gramática sistêmico-funcional, e, assim, mostrar como os usos desse recurso modal é importante na construção dos significados interpessoais e o quanto são frutíferos na argumentação.

Como a Modalidade é composta pela modalização e pela modulação, dividimos a presente seção em duas subseções, a saber, *a modalização* e *a modulação*, para melhor explicar as realizações identificadas nos textos.

3.1 A Modalização

A modalização ocorre em proposições, quando há a troca de informações ou conhecimentos. Esse recurso interpessoal pode ser expresso em graus de probabilidade e usualidade. As realizações léxico-gramaticais da modalização indicam a frequência com que uma informação ou acontecimento ocorre, nesse sentido, seu uso subsidia a construção da argumentação. Ao fazer uso da modalização, o sujeito falante/escritor negocia informações e conhecimentos. Halliday e Matthiessen (2014) discorrem que tal uso permite que o grau de credibilidade de uma proposição seja expresso.

Dessa forma, a probabilidade indica as chances de ocorrência de um determinado resultado, possibilitando a construção de discursos que denotem certeza ou quase certeza, a depender da intenção comunicativa do falante/escritor. Nas amostras 01, 02, 03 e 04, as realizações léxico-gramaticais em destaque são exemplos de uso da modalização no grau de probabilidade.

Amostra 01
Desde os tempos do Direito Romano, a norma de se aferir a autenticidade de um documento era através do exame gráfico da escrita ou assinatura, no entanto, hoje sabemos que a autenticidade de um documento somente poderá ser admitida após o exame integral do documento. Um documento contendo firma autêntica, nem sempre é autêntico, pode ser inautêntico, em casos de apagamento de contexto para aproveitamento da firma autêntica ou aproveitamento de assinatura de outro documento, enfim, existem diversos tipos de falsificações realizadas com a utilização de firmas autênticas. (T02, p. 8-9)
Amostra 02
RESPOSTA DA PERÍCIA: O que se pode apurar quanto as datas de preenchimento dos formulários é que eles foram alterados após a data constante no formulário. (T02, p.23)

Na amostra 01, os usos de *poderá* e *pode* revelam o posicionamento do perito acerca do assunto que está periciando. O *poderá*, no futuro do presente do indicativo, indica uma possibilidade, trazendo o valor de certeza, porém, o *somente* anteposto a ele limita essa possibilidade, restringindo-a a apenas uma, a de *exame integral do documento*. Já o *pode* indica a probabilidade de um documento com firma autêntica não ser autêntico. Esses usos contribuem para a construção do ponto de vista do autor do texto, que almeja trazer verdades em seu dizer, para convencer o juiz daquilo que afirma, por isso, ao fazer estas escolhas léxico-gramaticais que indicam probabilidade, uma informação que é passível de comprovação, ele se compromete, em grau médio, na escala provável, de acordo com a escala de graus de Halliday (1994).

Já na amostra 02, o *pode* é utilizado na *Resposta da Perícia* e denota a conclusão de um fato, esse uso modaliza as afirmações trazidas pelo perito, logo, contribui para a atenuar seu dizer. Trata-se de um recurso para exibir um posicionamento moderado, de grau médio, assim sendo, ele assume uma posição, mas ressalva a necessidade de as assinaturas serem apuradas.

Provavelmente e *é possível* indicam probabilidade, no grau baixo. Assim, exprime chances baixas de ocorrência de um determinado resultado. O uso dessas realizações é exemplificado nas amostras 03 e 04.

Amostra 03
No entanto, estas “declarações de anuência” <i>não apresentam a data de emissão</i> , o conteúdo da carta e a assinatura exarada com instrumento escrevente em geral distinto das utilizadas para os outros documentos, indicam que elas teriam sido produzidas em momento distinto da emissão dos demais documentos, muito provavelmente em data posterior às assinaturas dos Formulários e dos Termos de anuência. (T02, p. 10 -11)
Amostra 04
RESPOSTA DA PERÍCIA: Negativa é a resposta. As referidas “declarações de anuência” não apresentam datas de assinaturas, há indícios de que as “declarações de anuência” são posteriores às Eleições – APM 2017/2020, mas não é possível afirmar. (T02, p. 24)

Na amostra 03, *provavelmente* é utilizado para expressar o tempo provável das *declarações de anuência*. Apesar desse termo modalizador indicar uma frequência baixa, o termo antecedente a ele, *muito*, intensifica a probabilidade, ou a frequência, ampliando seu valor. Com isso, o autor do texto, deixou mais evidente seu parecer, embora tenha se comprometido de forma atenuada.

Na amostra 04, temos a construção de um discurso argumentativo, no qual *possível* funciona como articulador. No primeiro caso, é utilizado na *Resposta da Perícia* com intuito reforçar a ‘imparcialidade’ (o advérbio *não* anteposto a realização endossa isso) do perito diante dos fatos, pois estes não estariam fornecendo dados, ou fornecendo dados insuficientes, para precisar o tempo das *declarações de anuência*.

Os graus de usualidade exprimem com que frequência uma informação pode acontecer, que validade ela tem. Nas amostras 05 e 06 as realizações léxico-gramaticais em destaque são exemplos de uso da modalização de usualidade.

Amostra 05
[...] Os Servidores lotados na Vara Criminal, ao receberem estes Inquéritos que já tinham se tornado “antigos”, assinavam o livro de registros normalmente , no mais

das vezes, sobre a camada de corretivo que encobria as assinaturas falsificadas pelo funcionário à época da instauração do Inquérito, quando os valores conexos ao feito, deveriam ter sido entregues à Justiça. [...] (T01, p.1)

Amostra 06

Desde os tempos do Direito Romano, a norma de se aferir a autenticidade de um documento era através do exame gráfico da escrita ou assinatura, no entanto, hoje sabemos que a autenticidade de um documento somente poderá ser admitida após o exame integral do documento. Um documento contendo firma autêntica, nem **sempre** é autêntico, pode ser inautêntico, em casos de apagamento de contexto para aproveitamento da firma autêntica ou aproveitamento de assinatura de outro documento, enfim, existem diversos tipos de falsificações realizadas com a utilização de firmas autênticas. Por conseguinte, a autenticidade documental nem **sempre** decorre da autenticidade gráfica. Portanto, para os documentos que apresentam firmas autênticas, é indispensável o exame dos aspectos físicos do documento original. (T02, p. 8-9)

Normalmente, destacado na amostra 05, é um advérbio modalizador que indica que algo ocorre com frequência ou regularidade, com grau médio, segundo a escala de graus de Halliday (1994). Na amostra, ele é utilizado com sentido de algo natural, a atitude de assinar era algo corriqueiro. Mas cabe lembrar que este uso pode ter outra conotação no texto, tendo em vista que era algo corriqueiro, mas que não deveria ser. Assim sendo, o uso reforça uma opinião do escritor do texto em relação à atitude dos servidores.

Já *sempre* é um advérbio modalizador que indica algo frequente ou constante, assim, seu grau é alto. Todavia, na amostra 06, sua escolha não denota esse sentido, tendo em vista que há anteposto aos usos na amostra o advérbio de negação *nem*, trazendo à realização linguística a ideia de pouca frequência. Essas construções no texto, modalizam o dizer do perito, não o comprometendo.

3.2 A Modulação

A parte da Modalidade denominada modulação ocorre, de acordo com as autoras Fuzer e Cabral (2014), quando há propostas de comando e ofertas, nos graus de obrigação e de inclinação, respectivamente. Ao fazer escolhas de realizações léxico-gramaticais que indica modulação, exprimimos imperatividade ou facultatividade, a depender da intenção comunicativa.

Na esfera jurídica, há diversos gêneros, e como é nessa esfera que se constituem as leis, que, por sua vez, regulam os comportamentos das pessoas na sociedade, comumente nos deparemos como o uso da modulação, principalmente no grau de obrigação. Os dois textos utilizados não possuem caráter prescritivo, mas, sim, trazem

resultados que comprovam autenticidade ou não, por isso, o uso da modulação identificado nas amostras tem o intuito de corroborar nos resultados.

A obrigação expressa o comprometimento do sujeito falante/escritor na realização de comandos. Assim, a imperatividade é um elemento que se faz presente na construção dos significados interpessoais que indicam obrigação. Para demandar comando, alguns fatores são levados em consideração, como o papel social, grau hierárquico, nível de confiança. Um aluno, por exemplo, não pode pedir para um professor fazer silêncio quando este está explicando um assunto, porque os papéis sociais assumidos no contexto escolar, bem como algumas regras desse contexto, exigem comportamentos específicos, nos quais, professor é quem exerce o papel de mediador, portanto, de ter essa “autoridade” de pedir para fazer silêncio.

As amostras 07 e 08 trazem as realizações léxico-gramaticais, em destaque, que exemplificam a modulação no grau de obrigatoriedade.

Amostra 07
<i>Autenticidade Gráfica:</i> O documento autêntico deve conter assinatura autêntica, originária da pessoa designada e autorizada a produzi-la. Ou seja, somente o sujeito nominado no documento, pode lançar a firma ou assinatura para que esta seja considerada uma assinatura autêntica. Cada pessoa tem a sua identidade gráfica. A verificação da autenticidade gráfica é feita pelos peritos através dos estudos grafotécnicos, ou grafocinéticos. O documento contendo uma firma falsa, será considerado falso. (T02, p. 8)
Amostra 08
Normalmente para os exames gráficos comparativos é necessário colher assinaturas originais dos supostos autores das assinaturas para se fazer um estudo gráfico e identificar as características gráficas constates do punho estudado. (T02, p. 16)

Na amostra 07, o verbo modal *deve* evidencia a obrigatoriedade da *assinatura autêntica* no *documento autêntico*, ou seja, não há outra possibilidade. Por isso, o uso desse verbo modal indica grau alto, ao utilizá-lo o sujeito escritor se compromete, pois exprime ações necessárias, sendo essa imperatividade comum na construção de um texto que quer atestar uma autenticidade, exigindo um comprometimento.

Semelhante ao verbo modulador *deve*, a expressão *é necessário* também evidencia obrigatoriedade. Na amostra 08, o uso da expressão é feita para afirmar que *em exames gráficos comparativos* é obrigatório *colher assinaturas originais dos supostos autores das assinaturas*. Mas essa obrigatoriedade é atenuada pelo uso do *normalmente*, no início da sentença. Ou seja, se normalmente é preciso a coleta das assinaturas originais, logo

pode, por vezes, não ser. Essa ocorrência destacada na amostra evidencia que os significantes são construídos também a partir das relações das palavras dentro do sistema.

A modulação também acontece nos graus de inclinação, que exprime o julgamento do sujeito falante/escritor ao realizar as ofertas no texto. Os graus de inclinação indicam a disposição ou a capacidade de determinação para ofertar e aceitar as *propostas*. Não foram identificadas realizações de inclinação nos textos analisados.

É válido destacar que nenhum texto é neutro e nenhuma escolha léxico-gramatical acontece por acaso, principalmente as realizadas inconscientemente, sem o controle do autor, como costumeiramente acontece em textos orais; já em textos escritos, no processo de reescrita, principalmente, em se tratando de gêneros institucionalizados, como os que são utilizados no contexto jurídico, o autor consegue realizar escolhas que expressem a sua intenção. Além disso, some-se a esse detalhe, os significados são construídos levando em consideração, dentre outros fatores, a organização textual, por isso é natural que as formas prototípicas em alguns momentos não tenham o mesmo sentido ou forma, uma vez que a língua é maleável.

O laudo grafotécnico/documentoscópico não é uma prova definitiva, mas, sim, um elemento a ser considerado pelo juiz na tomada de decisão. Por esse motivo, é fundamental que o especialista seja qualificado e experiente para garantir a confiabilidade do laudo. Assim, o uso da Modalidade deve ocorrer com o intuito de endossar essa confiabilidade.

Dessa forma, diante das amostras que exemplificam os usos da Modalidade, podemos afirmar que os sujeitos interactantes do *corpus* se posicionam, argumentam acerca dos dados que possuem e sobre os quais expressam sua avaliação como peritos.

Conclusão

Este artigo objetivou analisar os usos da Modalidade em laudo judicial grafotécnico/documentoscópico. Para cumprir com esse objetivo, selecionamos amostras que explicassem o uso da Modalidade no gênero laudo judicial grafotécnico/documentoscópico, uma prova técnica que pode ser utilizada para comprovar a autenticidade ou a falsificação de um documento, podendo ser decisiva em uma decisão judicial.

As análises das amostras, realizadas em uma perspectiva sistêmico-funcional, evidenciam que os sujeitos dos laudos se comprometem em seus textos, com o intuito de construir significados que vão ao encontro daquilo que desejam, convencer o juiz. As

escolhas modalizadoras e moduladoras fornecem, portanto, pistas acerca dos posicionamentos desses sujeitos em face ao que estão querendo comprovar.

Diante do apresentado neste trabalho, é possível afirmar que a Modalidade é um recurso frutífero para o processo interativo e relevante para a construção do laudo judicial grafotécnico/documentoscópico, uma prova pericial, ou seja, um gênero que influencia uma decisão judicial, podendo ditar o rumo de vida; é, assim, um texto que traz posicionamentos comprometimento.

O uso da Modalidade em textos é uma habilidade essencial para quem deseja se comunicar de forma clara, objetiva e persuasiva, de acordo com o objetivo que deseja alcançar e o público a que se destina. No caso dos textos analisados, esse uso pode contribuir para o desfecho de um processo.

Referências

BOCHETT, A. C. *A Modalidade pela Perspectiva Sistêmico-Funcional na Construção da Argumentação em um Inteiro Teor De Acórdão*. 2018. 179f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria/RS, 2018.

FUZER, A.; CABRAL, S. R. S. (Orgs.). *Introdução à Sistêmico-Funcional em Língua Portuguesa*. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Núcleo de Estudos em Língua Portuguesa, 2014.

GOUVEIA, C. A. M. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. *Matraga*, Rio de Janeiro, RJ, v. 16, n. 24, p. 13-47, jan./jun. 2009.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 2014.

MENDES, W. V. A perspectiva sistêmico-complexa na relação com os estudos da linguagem: experiência com textos acadêmicos. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, RN, v. 7, n. 1, p. 21-40, jan./abr. 2018.

VIAN JUNIOR., O. Linguística Sistêmico-Funcional. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. S. (Orgs.). *Ciências da linguagem: o fazer científico*. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

<https://diogopresidenteamb.com.br/wp-content/uploads/2020/08/TJSP-1083344-57.2017.8.26.0100_-Pedido-de-tutela.pdf > Acesso em 15 de maio de 2023.

<<http://adpericias.com.br/wp-content/uploads/2020/11/GRAFOTE%CC%81CNICO-LAUDO-PERICIAL-GRAFOTE%CC%81CNICO-EOG-Personalizado.pdf> > Acesso em 15 de maio de 2023 > Acesso em 15 de maio de 2023.